TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

505

O Imperialismo ainda é aquele

Eduardo Barros Mariutti

Outubro 2026

UNICAMP

instituto de economia

O Imperialismo ainda é aquele

Eduardo Barros Mariutti [*]

Resumo

Este artigo examina o imperialismo como um período do capitalismo cuja especificidade reside na articulação entre centralização dos capitais, concentração do poder estatal e intensificação das rivalidades intercapitalista e interestatal. Por meio de uma discussão histórico-conceitual das interpretações clássicas e de suas implicações contemporâneas, argumenta-se que a expansão mundial do capital e a mercadorização da vida social constituem dimensões inseparáveis dessa dinâmica. Sustenta-se que os "Anos Dourados" aprofundaram a ordem imperialista, combinando inclusão social seletiva, desagregação de formas de vida não capitalistas, degradação ambiental e corrida armamentista. As transformações posteriores ampliaram as fronteiras da acumulação para as informações digitais e genéticas e para as potencialidades da vida. Conclui-se que a articulação entre tecnociência, propriedade intelectual e poder estatal intensifica os mecanismos de apropriação e coerção constitutivos do imperialismo.

Palavras-chave: Imperialismo; Acumulação de capital; Tecnociência.

Abstract

Imperialism is still the same

This article examines imperialism as a period of capitalism defined by the interplay between the centralization of capital, the concentration of state power, and intensifying intercapitalist and interstate rivalries. Through a historical and conceptual discussion of classical interpretations and their contemporary implications, it argues that capital's worldwide expansion and the commodification of social life constitute inseparable dimensions of this dynamic. The "Golden Age" deepened the imperialist order by combining selective social inclusion, the disruption of noncapitalist ways of life, environmental degradation, and the arms race. Subsequent transformations extended the frontiers of accumulation to digital and genetic information and the potentialities of life. The article concludes that the articulation of technoscience, intellectual property, and state power intensifies the mechanisms of appropriation and coercion constitutive of imperialism.

Keywords: Imperialism; Capital accumulation; Technoscience.
Classificação JEL: P10; B51; P14.

Introdução

Este *Texto para Discussão* tem como base a minha tese de livre-docência apresentada em 2016 no Instituto de Economia da Unicamp, sob o título *Violência e Imperialismo: as interpretações de Rosa Luxemburgo e John Hobson e suas implicações para o debate contemporâneo sobre o imperialismo*. Depois de 10 anos, resolvi revisitar o trabalho. Não se trata, portanto, de uma pesquisa inédita, mas da combinação da introdução e do último capítulo em um conjunto coerente, que expõe as mesmas ideias de forma mais sintética e direta, com pequenas reformulações e correções.

O texto foi retrabalhado para ficar mais fluido e conciso. A tarefa se justifica pois questão do imperialismo ainda continua despertando interesse, mas quase sempre é abordada de forma apressada, como se imperialismo fosse redutível a uma *política* de Estado ou se identificasse exclusivamente com a atuação dos EUA. O esforço aqui é destacar que o imperialismo envolve uma dinâmica mais

[*] Professor Associado do Instituto de Economia da Unicamp e do Programa de Pós-Graduação *San Tiago Dantas*. Membro da Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia e Defesa (PAET&D). E-mail: mariutti@unicamp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3674-3194.

ampla de expansão e reprodução de um período específico do capitalismo, que se manifesta em políticas particulares, mas não se esgota nelas nem na ação de uma única potência.

A especificidade do imperialismo reside na articulação entre centralização dos capitais e concentração do poder estatal. A concorrência intercapitalista e a rivalidade interestatal passam a reforçar-se mutuamente. O Estado sustenta a expansão das corporações, assegura relações de propriedade e reprime resistências, enquanto a competição econômica alimenta a disputa política e militar. Assim, a expansão imperialista combina duas direções: a extensão mundial e a penetração na vida social. O capital não apenas alcança novos territórios: subordina a família, a cultura, a educação, o lazer e as relações afetivas à valorização. A expansão geográfica e a mercadorização da existência integram o mesmo movimento.

Destaco neste artigo a hipótese de que os "Anos Dourados" aprofundaram a ordem capitalista, mantendo-se, portanto, no quadro de determinações do imperialismo. O crescimento econômico, a expansão do consumo e a ampliação dos direitos sociais de determinados segmentos estiveram articulados à desagregação de formas de vida não capitalistas, à degradação ambiental e à corrida armamentista. A inclusão social do pós-guerra foi seletiva e apoiada em hierarquias estruturais. A cidadania fordista privilegiou determinados trabalhadores, enquanto atividades degradantes e precárias permaneciam destinadas a grupos subordinados por relações raciais, de gênero e de nacionalidade. Esse subperíodo deve, assim, ser compreendido como um momento de intensificação da lógica do capital, e não de sua interrupção ou domesticação.

A última quadra do século XX ampliou as fronteiras da acumulação capitalista, alcançando as informações digitais e genéticas e as potencialidades da vida. A articulação entre tecnociência e propriedade intelectual permite apropriar, recombinar e monopolizar capacidades de transformação da natureza. A pilhagem passa a incidir também sobre aquilo que os seres e seus componentes podem vir a ser. Essa apropriação informacional depende de estruturas materiais e políticas concretas. Redes, equipamentos, laboratórios, corporações, regimes jurídicos e poder militar sustentam a conexão entre o nível molecular e a valorização planetária. A novidade tecnológica aprofunda o vínculo entre capital e Estado.

Imperialismo e capitalismo

O imperialismo é aqui concebido como um conceito de *periodização* que expressa a unidade de uma nova fase do capitalismo, delineada no final do século XIX e consolidada no século XX. Dessa perspectiva, ele não pode ser reduzido a uma *política* particular dentre outras possíveis, tampouco a uma "prática" exclusiva das grandes potências. Essa perspectiva, contudo, suscita uma questão decisiva, que será retomada adiante: o conjunto de transformações que vieram à tona entre 1968 e 1991 configura um subperíodo dentro da era do imperialismo ou inaugura um novo período, no qual os traços do imperialismo são recombinados e intensificados a ponto de constituírem outra fase do capitalismo?

Os primeiros sinais da reorganização do capitalismo já começaram a surgir em 1870, mas só assumiram uma forma mais definida na passagem para o século XX, particularmente na iminência da eclosão da Grande Guerra, época em que despontaram as primeiras reflexões mais sistemáticas sobre a *peculiaridade* do fenômeno em curso. Embora muito distintas, todas as interpretações que hoje reputamos de "clássicas" possuíam um aspecto comum: a percepção de que se testemunhava *uma*

época singular, cuja marca mais visível era uma nova forma de rivalidade política internacional, mas cuja dinâmica não repousava *apenas* nas relações internacionais.

Todos os grandes intérpretes do tema – John Hobson, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Joseph Schumpeter, Rudolf Hilferding, Bukharin e Lênin, por exemplo – identificaram, ainda que de modos distintos, um vínculo entre o imperialismo e as transformações na organização da produção e nas formas de concorrência capitalista. O esforço de compreender essa articulação sem perder de vista as demais dimensões da vida social conferiu força e perenidade ao debate clássico sobre o imperialismo, que, com as devidas mediações, permanece relevante para iluminar as características do nosso presente.

Em termos formais, a constituição do imperialismo foi comandada pelo imbricamento entre a centralização dos capitais e a transformação e concentração do poder do Estado. O aparelho estatal foi decisivo na consolidação dos grandes monopólios em escala nacional, tanto pela criação das condições jurídicas e materiais de sua expansão quanto pela proteção de seus interesses diante da concorrência externa. Ao fomentar a exportação de capitais e mobilizar recursos diplomáticos e militares para assegurar mercados, fontes de matérias-primas e oportunidades de investimento, o Estado contribuiu para transpor a rivalidade intercapitalista para o terreno da política mundial. A concorrência entre capitais passou, assim, a entrelaçar-se de maneira cada vez mais estreita às disputas entre Estados, em uma dinâmica na qual a expansão econômica e a projeção do poder político se reforçavam mutuamente.

Até aqui, não há muita novidade. Como mostrou Rosa Luxemburgo, porém, o Estado desempenhou outro papel igualmente fundamental na gestação da ordem imperialista: sufocar as resistências sociais à destruição dos espaços autárquicos no campo e à desagregação das economias mercantis simples herdadas dos períodos anteriores. Esse processo impôs violentamente a tirania do tempo abstrato e seu ritmo de vida a populações cujas temporalidades eram pautadas pelos vínculos entre suas formas específicas de organização sociotécnica e o meio natural. Tais modos de viver o tempo eram incompatíveis com as pressões de uma sociedade industrial subordinada à acumulação incessante de capital. Transformações tão intensas e abruptas suscitam levantes sociais radicais, cuja repressão violenta se torna parte constitutiva da imposição da nova ordem.

O imperialismo, portanto, não pode existir sem a intensificação do poder estatal, que passou a articular duas grandes tendências. A primeira foi a constituição de um aparelho de repressão interna forte e ramificado, destinado a conter os conflitos provocados pelo impacto da mecanização da produção sobre os trabalhadores e, simultaneamente, a assegurar o funcionamento da complexa moldura institucional necessária à generalização da concorrência como forma prioritária de ordenamento social. A segunda foi a transformação radical da capacidade militar, tanto pela ampliação do teatro de operações para além da Europa, tornando possível conduzir conflitos em escala efetivamente mundial, quanto pela mudança na própria *condução da guerra*, que passou a integrar a finança, a indústria, a propaganda e novas formas de recrutamento.

O aspecto decisivo reside, assim, na *fusão* tensa entre a rivalidade política e a econômica em níveis até então inéditos. Dessa articulação emerge um sinistro mecanismo de retroalimentação: a monopolização crescente do capital, amparada pela concentração do poder estatal e pela ampliação de seu alcance, eleva a magnitude e a escala da concorrência intercapitalista e interestatal, cuja intensificação, por sua vez, impulsiona novos movimentos de concentração econômica e política.

Essa dinâmica intensifica a pressão sobre as fontes de energia e de matérias-primas, convertendo o controle dos recursos naturais em um eixo estratégico da rivalidade imperialista. A expansão da acumulação entrelaça, assim, a pilhagem da natureza, a exploração do trabalho e a escalada da violência estatal.

O fato é que, tomadas isoladamente, nenhuma dessas características são absolutamente novas. Dentro da vigência de um mesmo modo de produção, as rupturas raramente envolvem transformações integrais de conteúdo ou o surgimento de um grande número de elementos inéditos. O mais comum é que mudanças quantitativas se associem a uma complexa recombinação dos elementos preexistentes e à transformação das hierarquias sociais, dando origem a novos padrões e tendências. Neste caso, traços ou características derivadas de elementos que eram dominantes perdem a proeminência e passam a atuar de forma residual ou subordinada. Elementos que eram secundários, ao se tornarem dominantes, também alteram significativamente o seu peso específico no conjunto, promovendo transformações que podem repercutir em dimensões que antes eram imunes à sua influência. No plano abstrato, as possibilidades são bastante numerosas, característica que alimenta os acalorados debates sobre a tensão entre continuidade e mudança.

Além disso, e situando a questão em um plano mais concreto, praticamente todos os elementos destacados pelas análises sobre o imperialismo podem ser retraçados a um período muito mais remoto.[1] O mercantilismo – uma das faces do absolutismo – deve ser entendido principalmente como um processo de indução estatal à concentração dos capitais em escala nacional, combinado com o apoio à expansão do capital mercantil sobre o mundo não europeu. Ambos os movimentos foram marcados pelo emprego sistemático de procedimentos violentos.

Em que sentido, portanto, podemos identificar uma mudança de período no final do século XIX, tomando como referências principais a indução estatal e a violência? A colonização na era mercantilista é fundamentalmente diferente da expansão imperialista: a projeção europeia para o ultramar dependeu de um conjunto de tensões em diversas dimensões da realidade social, inicialmente desarticuladas, que acabaram por estimular e multiplicar as esferas de atuação do capital mercantil. O capital comercial não determinava as transformações: adaptava-se ao jogo de tensões e pressões que favoreciam sua expansão.

A intensa rivalidade entre católicos e protestantes, decorrente da Reforma, levou a cristandade dividida a apoiar a colonização do Novo Mundo, percebida como uma disputa pelo gentio em um tenebroso quadro escatológico. As burocracias dos Estados absolutistas, diante da percepção de que as fronteiras territoriais na Europa estavam cristalizadas, tendiam a apoiar anexações que oferecessem menos resistência do que o enfrentamento de rivais organizados militarmente nos moldes das monarquias europeias. A nobreza secundogênita também tinha interesse na colonização das novas terras. Os comerciantes, por sua vez, simplesmente seguiam o cortejo. Não foi, portanto, o capital comercial que engendrou as principais condições para a colonização. Já a expansão do século XIX não era meramente comercial, mas um produto das exportações de capital. Ela se explica pelo próprio

(1) Essa insistência na ancestralidade dos principais elementos associados ao imperialismo está na base dos diversos esforços de tentar apagar as diferenças entre o colonialismo típico do Antigo Sistema Colonial e a colonização posta em marcha na era do imperialismo. Marc Ferro, por exemplo, insiste na sobreposição e interpenetração de *todas* as formas de colonização e imperialismo (1997, p. 18-19).

movimento do capital que, entrelaçado à rivalidade entre os Estados, passou, desde então, "a andar sobre seus próprios pés".

Assim, a situação muda radicalmente de figura se tomarmos como referência a nova *dinâmica* do capitalismo que estava em vias de se consolidar no final do século XIX. O elemento formal mais característico é o novo *nexo entre a dominação econômica e política* que, desde então, tende a imprimir a sua marca específica sobre todos os níveis e dimensões da vida social. O aspecto mais imediatamente observável está no terreno da rivalidade entre as grandes potências, sujeitas a uma forma de competição militar e estratégica radicalmente distinta da era pré-industrial que, doravante, passa a depender da sinergia entre a ciência e o aparato produtivo nacional e de um maior controle sobre as populações.

Mas o mesmo ocorre também na crescente transformação das relações de propriedade que, por conta da monopolização crescente da produção por parte das grandes corporações, precisam transcender a sua velha forma "individual" – aquela que produziu a miragem do pensamento liberal do século XVIII, que vê os arranjos sociais como emanações espontâneas das ações de indivíduos e de pequenos proprietários – para um tipo novo de propriedade, correspondente à concentração da produção típica da era imperialista, que se baseia uma nova forma institucional, aparentemente mais "coletivizada" e crescentemente *líquida* (Pinto, 2009).

Estas transformações estão umbilicalmente associadas à uma nova forma de gestão das corporações e da composição e organização da burocracia do Estado. A crescente similitude organizacional das grandes burocracias públicas e privadas atesta com eloquência as novas condições de competição forjadas na era do imperialismo, onde as organizações se convertem em aglomerados complexos que precisam gerir uma ampla variedade de ativos e, ao mesmo tempo, concentrar recursos gigantescos em uma cadeia logística extremamente complexa, que exige uma gestão científica aplicada à produção, às técnicas de venda e propaganda, executada por uma profusão de profissionais com qualificações distintas.

Além disto, como a concorrência se manifesta em escala mundial, a corporação deve ser suficientemente dinâmica e maleável para se adaptar às peculiaridades dos vários mercados e, também, para conseguir enfrentar eventuais mudanças abruptas no mercado mundial, crescentemente sujeito ao impacto dos conflitos militares e insubordinações civis. Por fim, tudo isto se articula de forma dinâmica à uma nova estratificação social cujo eixo repousa em uma tensa associação entre a "oligarquia financeira" e a "aristocracia operária", para usar a terminologia típica da discussão clássica sobre o imperialismo, popularizada por Lênin. O suporte a essas novas relações de propriedade é garantido em última instância pelo Estado e por seus diversos mecanismos de dominação ideológica e de repressão.

É exatamente este conjunto articulado que amplia a fluidez, multiplica o volume e acelera a rotação de capitais, impelindo o capital – sempre amparado pelo Estado – a se espraiar por todo o planeta e, ao mesmo tempo, a penetrar e em praticamente todos os setores da atividade econômica. Esta tendência é muito discutida entre os economistas de todas as orientações ideológicas. Mas nem sempre se destaca um outro movimento do capital, que também é uma expressão da dinâmica peculiar do período imperialista, que o compele a invadir e a colonizar *todas as demais esferas da vida social* (a "cultura", a vida familiar, as relações afetivas etc.), impondo sobre elas o seu ritmo e o seu propósito único, isto é, a acumulação pela acumulação de forma cada vez mais acelerada.

Neste sentido preciso o imperialismo inaugura uma nova era, cuja raiz fundamental é um tipo novo de violência que se manifesta em dois planos. O mais imediatamente observável é o caráter destrutivo sem precedentes da guerra que, inclusive, criou a possibilidade concreta de aniquilar a humanidade. O plano mais sutil decorre da tendência totalitária do capital, que se vê forçado a erradicar toda e qualquer resistência à mercadorização[2] da vida social, desagregando todas as formas de sociabilidade alternativas ao tirânico mundo das mercadorias.

Assim, o período compreendido entre 1945 e 1973 – mal batizado de "Anos Dourados" – foi marcado pela *intensificação* e radicalização da ordem capitalista: em pouco mais de 20 anos a generalização da produção capitalista praticamente destruiu o campesinato (que, até então, compreendia 80% da população mundial) e dissolveu completamente as formas de vida que orbitavam paralelamente ao mercado, ao mesmo tempo em que promoveu uma degradação ambiental sem precedentes, estimulada pelo frenesi do "desenvolvimento das forças produtivas".

É até compreensível acreditar que este período foi marcado como uma forma de "progresso" na década de 1980, por dois motivos básicos: i) ainda era possível acreditar que a URSS representava um contrapeso ao capitalismo quando, na verdade, nunca deixou de ser apenas uma da vias mais brutais e violentas para uma sociedade industrial organizada de forma capitalista; ii) naquela altura, por centrar o foco no terreno das *representações da política*, e não sobre suas *forças sociais* subjacentes, o fetiche da política econômica iludia com muita facilidade as pessoas. A curta e *modesta* regulação das finanças internacionais "negociada" nos acordos de Bretton Woods não afetou os capitalistas e sua rede de clientela. Pelo contrário: dadas as circunstâncias, o jogo de tensões produzido no imediato pós-guerra possibilitou a retomada do comércio internacional e a generalização do fordismo por meio de fluxos cruzados de investimento externo direto (IED), fato que abriu novas frentes de acumulação, *sem romper com a institucionalidade financeira* já solidamente estabelecida no final do século XIX pelas transformações gerais orquestradas com a consolidação do capital financeiro e seu vínculo indissociável com o imperialismo.

Nesta linha, é importante destacar que um dos estímulos *fundamentais* à expansão do capitalismo contemporâneo derivou principalmente do *novo padrão* de organização sociotécnica, dispêndio, produção industrial e organização militar que marcou a Guerra Fria: uma corrida armamentista virtualmente incessante, que impulsionou a pesquisa em novas tecnologias e favoreceu a criação de novas formas de articulação entre a Universidade, as empresas privadas e os laboratórios e centros de pesquisa militares, gerando um estimulo adicional – e cada vez mais imperativo – à inovação, especialmente no grande ramo de saberes que sedimentou as tecnologias da informação, [3] em que o critério básico para o gasto era orientado predominantemente pela viabilidade tecnológica

(2) O termo mercadorização em vez de mercantilização é aqui utilizado para ressaltar a diferença entre uma *sociedade de mercadorias* (ou, sociedade de mercado, na percepção de Karl Polanyi) de uma *sociedade comercial*. Uma sociedade de mercadorias é subordinada ao capital que, amparado pelo Estado, em seu processo incessante de valorização, luta para se assenhorar do conjunto da vida social, impondo o seu ritmo e suas finalidades sobre ela. Já uma sociedade mercantil não assume necessariamente esta forma. Pequenos produtores que trocam o produto do seu trabalho em mercados simples formam uma sociedade comercial não-capitalista. O liberalismo do século XVIII tinha exatamente este molde em mente. Neste caso, a ordenação comercial era vista como uma alternativa às relações pessoais que fundamentavam o Antigo Regime e as demais formas despóticas. Exatamente por isto os liberais clássicos acreditavam representar uma postura revolucionária e libertadora.

(3) Tema abordado em: http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3522/TD293.pdf.

potencial dos projetos, primeiro levando em consideração as vantagens militares potenciais e, em segundo plano, o seu eventual uso civil.

A questão do economicismo

Para se pensar as questões acima apresentadas é importante limpar o terreno, separando as objeções mais simplistas dos críticos contemporâneos às teorias "clássicas" do imperialismo das questões realmente substantivas. Uma das objeções mais frequentes é a de que o debate clássico, em termos gerais, era "economicista". O problema com esta crítica é que nunca fica exatamente claro o que isso significa. Mas taxar de "economicista" a interpretação de John Hobson é um desatino. Em primeiro lugar, por trafegar em praticamente todas as dimensões da realidade social, ele dificilmente poderia ser classificado como um "economista". E, mesmo nos momentos em que ele permanece no terreno mais próximo do que hoje se chama de economia omo, por exemplo, em sua discussão sobre a dimensão *financeira* do imperialismo, sua análise *integra* dimensões sociológicas, políticas e até mesmo psicossociais.

Por motivos distintos, o mesmo pode ser dito sobre a interpretação de Rosa Luxemburgo. O que subjaz à sua obra é uma espécie de problematização quase inconsciente do estatuto do "econômico" no capitalismo. Ou melhor: trata-se de pensar esta questão pelo contraste com as sociedades "pré-capitalistas". Neste sentido, Rosa antecipa o esforço hercúleo de Polanyi em integrar a "economia" à Antropologia Social para destacar as diversas *formas* a que as sociedades recorrem para alocar os seus recursos, formas que, por sua vez, refletem modalidades diferentes de integração entre o Homem e o meio em que vive. É precisamente a partir deste ponto de vista que fica mais fácil entender o real alcance da reflexão de Rosa Luxemburgo e as possibilidades dela decorrentes.

Um dos pontos fortes que procurei destacar distingue Rosa de uma tradição de marxistas que teorizam a "autonomização" do econômico, pois ela jamais perde de vista que a violência, em suas várias dimensões – sobretudo a "política" –, é constitutiva do capitalismo e faz parte do seu funcionamento regular. O contraste com Ellen Wood (e Robert Brenner), por exemplo, é explícito. Esta passagem é particularmente representativa da diferença:

> *The differentiation of the economic sphere in capitalism, then, can be summed up like this: the social functions of production and distribution, surplus extraction and appropriation, and the allocation of social labour are, so to speak, privatized and they are achieved by non-authoritative, non-political means. In other words, the social allocation of resources and labour does not, on the whole, take place by means of political direction, communal deliberation, hereditary duty, custom, or religious obligation, but rather through the mechanisms of commodity exchange. The powers of surplus appropriation and exploitation do not rest directly on relations of juridical or political dependence but are based on a contractual relation between 'free' producers – juridically free and free from the means of production – and an appropriator who has absolute private property in the means of production* (Wood, 1995, p. 29).

Rosa jamais concordaria com a tese de que a "autonomização" do econômico associada ao modo de produção capitalista implica que a apropriação do excedente se dá por meios privados, centrados em formas *indiretas* de coerção política, no sentido acima descrito.

Na sua visão, o capital rearticula *radicalmente* todas as dimensões da vida social em função da sua necessidade infinita de autovalorização, de modo que a própria *reprodução* da vida social no capitalismo exige um tipo muito peculiar de violência: um conjunto de instituições disciplinares invasivas que penetram na família, na educação e nas atividades comunitárias, com o fito de impor aos indivíduos os comportamentos adequados à ordem do capital e, simultaneamente, destruir todos os vestígios das formas de vida estranhas ou potencialmente antagônicas ao mundo das mercadorias.

O segundo ponto usualmente destacado é o "ecletismo" e o caráter pouco formal das interpretações de Rosa Luxemburgo e de John Hobson. Esta crítica só faz algum sentido do ponto de vista da especialização crescente que acometeu a universidade contemporânea. Ambos estavam escrevendo *antes* da consolidação da estrutura atual da universidade que, como se sabe, é ancorada em disciplinas que se autoproclamam autônomas – cada uma possui um *objeto* próprio – e que operam em correspondência com estruturas corporativas e instituições adaptadas a esta forma de manifestação do (sub)conhecimento (departamentos, associações nacionais e internacionais, periódicos especializados etc.) (Wallerstein, 2006).

A formação das primeiras grandes disciplinas já pressupunha um grau elevado de especialização. A isto se somaram duas outras tendências: i) a pressão sistemática para a criação de *novas* disciplinas pelo desmembramento dos grandes troncos que formaram as áreas do saber contemporâneo; ii) a intensificação da especialização *dentro* das disciplinas e nas fronteiras de algumas disciplinas mais conexas. A ciência econômica contemporânea, mesmo em sua versão heterodoxa, é muito mais especializada do que o terreno em que se situam as interpretações de Rosa e Hobson. Deste ponto de vista, que respeita a clivagem dos objetos e a fragmentação do pensamento, a tendência da crítica é apontar a alegada incompletude da teoria da moeda, o suposto "subconsumismo" etc. Enfim, um retrocesso.

Frente a este enquadramento, o ímpeto geral dos *scholars* é perceber interpretações de cunho totalizante e diretamente comprometidas com o enfrentamento dos problemas sociais *mais fundamentais* como pouco rigorosas e até mesmo pré-científicas. Mas é exatamente por conta destas características que uma *retomada* desta forma de perceber a realidade é cada vez mais imperiosa. Não no sentido de uma transposição direta dos elementos básicos das interpretações que hoje tendemos a chamar de "clássicas", mas mediante a reconstrução de perspectivas totalizantes,[4] em sintonia com a percepção do imperialismo como um período particular do capitalismo, que perdura até hoje.

Esta perspectiva geral abre pelo menos duas frentes para fazer avançar a luta anticapitalista. A primeira envolve repensar radicalmente os fundamentos reais dos "Anos Dourados", uma tarefa imprescindível para corrigir a rota das forças que se opõem à simbiose entre o capital e o Estado que marca o imperialismo. Boa parte dos descontentes com o capitalismo ainda têm como referência a velha ilusão de que o Estado e as frações supostamente progressistas das elites podem erradicar as mazelas do capital por meio do planejamento social centralizado. A segunda, correlata à primeira, envolve destacar com mais veemência o momento crítico em que vivemos. O mundo caminha a passos largos para uma *combinação* entre profundas convulsões sociais e grandes conflitos

(4) É evidente que esta reconstrução irá se servir da fantástica quantidade e variedade de estudos especializados produzidos nas últimas décadas. O simples fato de recombiná-los em novas bases já irá permitir um conjunto renovado de inspirações e perspectivas potencialmente inovadoras.

geopolíticos. Não é mais possível pensar tais problemas a partir do conforto da especialização acadêmica e de suas técnicas que só conseguem operar dentro do *status quo*.

A atualidade das interpretações clássicas

Em termos gerais, e ao contrário do que se costuma argumentar, as ditas "interpretações clássicas" do imperialismo *ainda* são profundamente pertinentes e atuais para se pensar a nossa realidade. Isso vale particularmente para as duas interpretações aqui reconstruídas. Mas esta afirmação está longe de ser consensual. Domina a noção de que, se existe algo como um *novo* imperialismo, ele só poderia ser apreendido por novas teorias. E, de forma consciente ou não, o fundamento básico desta percepção é a tese de que o imperialismo clássico foi encerrado depois do fim da Segunda Guerra Mundial, particularmente após a consolidação do que se convencionou chamar equivocadamente de "Anos Dourados". Este seria um período de *ruptura*, no qual se manifestou uma espécie de trégua entre o Estado, o Capital e o Trabalho que tornou possível uma fase sem precedentes de crescimento econômico "sustentado" com distribuição de renda. A década de 1970 teria mostrado os primeiros limites deste arranjo virtuoso, ao qual se seguiu um realinhamento de forças que culminou no "neoliberalismo". Mas o "imperialismo" só teria ressurgido – e em uma *nova forma* – depois de 2001, principalmente por conta do alegado "unilateralismo" adotado pelo governo George W. Bush.

É possível fazer diversas objeções a esta argumentação. Em primeiro lugar, não fica claro exatamente o que existe de essencialmente *novo* no imperialismo alegadamente inaugurado por Bush. Há, também, um segundo problema. De um modo geral, os adeptos deste tipo de argumento tendem a usar militarismo e imperialismo como sinônimos; isto é, trata-se, na realidade, de uma espécie de *novo militarismo* posto em marcha por Washington. Mas, a rigor, para quem segue esta orientação, por "novo" devemos entender contemporâneo. E o que é mais importante: é muito comum, especialmente entre os liberais (mas não apenas), afirmar que a toada imperialista é um *acidente*, ou uma *política* que derivou de um conjunto ímpar de circunstâncias que, portanto, pode ser revertida. Logo, no calor dos acontecimentos, o argumento era direto: a reversão envolveria retirar os falcões republicanos da presidência e dos cargos-chave das agências de segurança e da administração militar.[5]

A eleição de Obama mostrou que isso era uma ilusão: a *mesma* "política" – mas com outra retórica – se manteve. O discurso logo caminhou para outra "saída", a qual deveria passar inexoravelmente pela (re)imposição da disciplina sobre o capital financeiro – algo que, supostamente, teria ocorrido no "regime de Bretton Woods" – e a recriação de mecanismos de regulação capazes de retomar o processo de distribuição de renda e mitigar as tensões geopolíticas.[6] Mas, se isto for

(5) Michael Mann é um dos principais representantes desta forma bisonha de formular o problema. Após apontar as "incoerências" do império americano – o descompasso entre o poder militar e os fundamentos econômicos, que encoraja um militarismo que só pode corroer a "legitimidade" da dominação de Washington – ele conclui o seu livro propondo uma saída brilhante: "Ainda bem que os Estados Unidos são uma democracia com a solução política próxima em novembro de 2004. Tirem os novos militaristas do cargo. Senão, o mundo reduzirá ainda mais os poderes americanos" (2006, p. 363).

(6) Para quem professa este tipo de argumento, há um pequeno problema: o irresponsável *bailout* do sistema financeiro *privado* estadunidense foi implementado por Bush, em 2008, através do *Emergency Economic Stabilization Act*. Como era de se esperar, a medida fracassou: a dívida privada foi transferida para o setor público em um período de queda de arrecadação. O poder e a influência da finança foram restaurados e a crítica se deslocou para a alegada ineficácia do setor público.

verdade, como afirmar que a teoria de John Hobson não serve para explicar o problema do "novo imperialismo"? Esse diagnóstico – assim como o prognóstico – não difere *essencialmente* do proposto por ele em 1902. Fora do liberalismo, o eixo muda: o cerne do problema geralmente se concentra na caracterização do capital fictício e na mudança no padrão de organização e concorrência das empresas transnacionais. Neste caso, os primeiros elementos do "novo" imperialismo já surgem na década de 1970, mas é a queda da URSS que liberta definitivamente o capital para engendrar mais uma vez, em conluio com Washington, o imperialismo. Nesta narrativa, 2001 simplesmente acentua uma tendência já em curso.

O problema central desta visão é, como tenho insistido, a noção de que existiu uma ruptura entre o imperialismo clássico e o "novo" imperialismo, cuja marca mais saliente seria uma espécie de abrandamento do capitalismo que supostamente teria separado a era da catástrofe dos *"Trente Glorieuses"*. Se partirmos da perspectiva de Rosa Luxemburgo, nos termos aqui propostos, este corte é insustentável. Por dois motivos interligados. Em primeiro lugar, os "Anos Dourados" *não podem ser concebidos como um amortecimento do capitalismo*, pois a ordem capitalista se intensificou e se generalizou ainda mais durante este período. Além disso, esta época representa o auge da Guerra Fria e, portanto, fica muito difícil sustentar que ocorreu alguma interrupção das práticas imperialistas: Moscou e Washington lutavam acirradamente pela supremacia mundial.

Essa percepção equivocada reflete muito mais a surpresa das camadas dominantes "inebriadas" com um período que, a despeito da ameaça da hecatombe nuclear e da suposta divisão entre capitalismo e comunismo, parecia ter um sentido e uma direção claras: o planejamento social como a garantia do progresso generalizado. O fato é que, enquanto as atenções se fixavam na superfície dos acontecimentos (os arranjos financeiros internacionais, a concertação entre a política econômica dos EUA e da Europa, os acordos regionais etc.), com a quase destruição do campesinato, 80% da população mundial foi arrancada das suas formas de vida *paralelas* ou formalmente subsumidas ao mercado e integrada – precariamente, na esmagadora maioria dos casos – ao metabolismo do capital.

Isto, em conjunto com a urbanização e a aceleração da vida, promoveu a transformação das instituições e formas de sociabilidade mais elementares que, embora vistas pelos cultores da "modernidade" como heranças da "velha sociedade", eram *funcionais* para atenuar os efeitos destrutivos da sociedade capitalista, centrada na *eterna* simbiose entre a finança e a indústria, bem como na miragem do indivíduo egoísta e empreendedor.[7]

Mas há um aspecto que revela de forma ainda mais clara como, neste período, o capital conseguiu impor com ainda mais vigor a sua lógica sobre a dinâmica da sociedade: o aprisionamento da vida social no *presentismo* ou, nos termos de Hobsbawm, no *presente contínuo*:

(7) Eric Hobsbawm – em um fino diálogo com Polanyi – ressaltou isto de forma elegante e precisa: "Na prática, a nova sociedade operou não pela destruição maciça de tudo que herdara da velha sociedade, mas adaptando seletivamente a herança do passado para uso próprio. (...) A maneira mais eficaz de construir uma economia industrial baseada na empresa privada era combiná-la com motivações que nada tivessem a ver com a lógica do mercado – por exemplo, com a ética protestante; com a abstenção da satisfação imediata; com a ética do trabalho árduo; com a noção de dever e confiança familiar; mas decerto não com a antinômica rebelião dos indivíduos" (1994, p. 25).

> A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam a nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado *público* da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio (1994, p. 13).

Isto é, como afirmou François Hartog em *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps* (2003), atualmente domina claramente a percepção de que o nosso presente *não tem uma conexão orgânica com o passado* e que não existe um futuro que seja distinto das condições que estruturam o presente. No prefácio à tradução para o inglês, o autor é ainda mais incisivo:

> *Without wishing to transform this preface into a commentary on our present crisis, I think it needs to be said that once the 2008 financial collapse had been dealt with in extremis, it seemed – and it still seems – extremely difficult to see beyond it. Reactions were legion, and actions few. A mantra such as "the recovery" could suddenly sound reassuring because "recovering" means "getting back to where we were before." It is a candid expression of our collective inability to shake off what is generally called "short-termism" and which I prefer to call "presentism": the sense that only the present exists, a present characterized at once by the tyranny of the instant and by the treadmill of an unending now* (Hartog, 2015, p. XIV).

Essa parece ser uma das marcas mais claras do apogeu da civilização capitalista: a tirania do instante e do agora sem alternativas, em que o máximo que se pode vislumbrar é a tentativa de preservar o *status quo* que se despedaça a olhos vistos, enquanto as posturas autoproclamadas "progressistas" tentam requentar as ilusões fantasmagóricas criadas na década de 1950.[8]

O mesmo problema pode ser posto de outro modo, como na precisa e elegante formulação de Paulo Arantes: para as minorias privilegiadas, toda violência parece ser justificada para que este mundo que *não funciona* pare definitivamente de funcionar (Arantes, 2014, p. 252-78). Frente à ditadura do instante em um mundo em decomposição acelerada, em que não há perspectiva de futuro, só resta um tipo de política institucionalizada que, na falta de uma melhor expressão, se cristaliza em uma espécie de Estado de Urgência: a *contenção* social preventiva, se possível; violenta e imediata, se necessária. Isto salta aos olhos na década de 1990, mas as suas raízes são muito mais profundas. E, mais uma vez, a aura mistificadora dos anos dourados ajuda a explicar a dificuldade de perceber este fato.

Supostamente, enquanto durou a luta do "capitalismo" contra o "socialismo", a história ainda não tinha acabado.[9] Mas o que estava ocorrendo era exatamente o contrário: a obsessão "socialista"

---

(8) Nem todo presentismo, contudo, é imobilista ou representa uma capitulação ao *status quo*. Jean Paul Sartre, por exemplo, era um "presentista" e, exatamente por isso, estava envolvido em um comprometimento total com a ação política radical: "*We write for our contemporaries; we want to behold our world not with future eyes—which would be the surest means of killing it—but with our eyes of flesh, our real, perishable eyes. We don't want to win our case on appeal, and we will have nothing to do with any posthumous rehabilitation. Right here in our own lifetime is when and where our cases will be won or lost*" (*Apud* Hartog, 2015 p. 111).

(9) "*The catastrophe of the First World War, with the crises it provoked, followed by that of the Second World War, weakened and even discredited futurism. However, a whole series of factors – often taken up in slogans – gave fresh impetus to the paeans to progress. Not only was the modern regime of historicity kept alive, but it was even cast as the one and only*

pelo desenvolvimento das forças produtivas cuidou de impor sobre a sua área de influência uma organização da produção similar à capitalista, também sujeita ao ritmo das máquinas e centrada na exploração da natureza, com os mesmos efeitos deletérios sobre as formas de vida realmente hostis ao capital e à sua "civilização". Já na zona do "capitalismo", emanando do centro, a ilusão do desenvolvimento se espraiou também para a periferia, onde a preocupação essencial era, em meio a uma acirrada disputa para captar os dinamismos provenientes dos países desenvolvidos, "internalizar" os elementos necessários à criação de um capitalismo nacional "endógeno" que, supunha-se, formaria a base de um projeto nacional progressista.

O aspecto mais curioso do período contemporâneo é que os indicadores sociais e as formas de sociabilidade do "centro" – marcado pela regressão do horizonte de expectativas – cada vez mais se assemelham às da "periferia" (Arantes, 2014, p. 50-97). Autores de orientações teóricas muito distintas começaram a perceber isso já no final da década de 1980. Entre nós, Roberto Schwarz foi um dos mais incisivos ao propor que, com o questionamento do pretenso universalismo da modernidade, boa parte da filosofia europeia – Foucault e Derrida, principalmente – favoreceu uma mudança radical de percepção do mundo, na qual o culto do "novo" e do "original" é abandonado, fato que tornou possível afirmar que o que estava em curso não era mais a europeização ou a americanização da América Latina, mas sim a *latinização* das culturas "centrais" (Vattimo, 1992, p. 8-11). Em um plano muito mais rasteiro, o indiscreto Michael Lind, no auge da ofensiva neoliberal, focando os atributos *internos* da sociedade estadunidense, particularmente a luta no plano da cultura e dos direitos civis, ao criar a expressão "brasilianização dos EUA", disse mais ou menos a mesma coisa, mas tentando extrair outras implicações.[10]

Apesar de se definir pela tentativa de alcançar o centro, a periferia era, desde o início, a vanguarda. E, portanto, os sinais do "colapso" – ou melhor, da falácia – da modernização apareceram primeiro nas zonas periféricas. O fato é que tudo era (é) uma farsa. No Brasil, o golpe perpetrado pelo bloco civil-militar sinalizou já em 1964 *o fim* de qualquer esperança de se construir uma "civilização brasileira" calcada em perspectivas emancipatórias. E, um pouco mais tarde, no centro do capitalismo,

---

temporal perspective. This new futurism, shedding its lyricism, was successful despite the nuclear threat and the need to find responses to it. In Europe, it took the form of the drive to reconstruct, to modernize, and to implement central economic planning, while on a global level economic competition became the rule, against the background of the Cold War and the accelerating arms race. The socialists' "Radiant Future," the German "Miracle," and the post-war boom years in France, the trente glorieuses, named after the book by Jean Fourastié, were some of the watchwords of the time. Gradually, however, the present began replacing the future and encroaching further and further until, in recent years, it has seemed to take over entirely. The viewpoint of the present – the perspective of presentism – has established its dominion" (Hartog, 2015, p. 108).

(10) "A ameaça real não é a Balkanização mas a Brasilianização da América, não a fragmentação em linhas raciais mais a cisão em classes. Brasilianização [dos Estados Unidos] é simbolizada pela crescente retração da classe dominante americana branca (...) para o mundo dos bairros privados, escolas privadas, polícia privada, sistema privado de saúde e até mesmo estradas privadas, isolando-se da onda de pobreza generalizada. Como a oligarquia latino americana, os ricos e bem relacionados membros desta classe dominante podem ascender em uma América decadente, marcada por índices terceiro-mundistas de desigualdade e criminalidade". (Lind, 1996, p. 14). Essas tendências são agravadas, no entender do polêmico autor, pela fragmentação do espaço político derivada de uma rígida estratificação social, que cristalizou uma elite apta a explorar a posição internacional dos EUA e as clivagens na dimensão dos valores e dos direitos civis para preservar seus próprios interesses e práticas de conduta. O fato é que estas divisões estão se cruzando com as polarizações exacerbadas pelo incremento do desemprego e a deterioração dos mecanismos de proteção social, que estão afastando uma parcela considerável dos cidadãos estadunidenses do *sonho americano*. Uma crítica banal, pois ainda está dentro do sonho da modernização capitalista. Mas o diagnóstico não deixa de ser interessante.

a gravidade da situação ficou também mais explícita. O conjunto de movimentos antissistêmicos que marcou o final da década de 1960 tinham um alvo correto: a crítica radical e devastadora aos valores e práticas supostamente herdados do Iluminismo que, de certo modo, fundamentavam tanto o reformismo quanto a ilusão da "conquista do Estado" pela vanguarda dos trabalhadores como forma de "mudar o mundo" (Wallerstein, 1996, p. 156-159).

A combinação entre repressão e concessões parciais atenuou um pouco os efeitos do radicalismo, especialmente depois de 1973, quando ficou explícito que se houve alguma "trégua" entre o capital e o trabalho, ela tinha acabado definitivamente. A despeito de periódicos espasmos otimistas que só iludem os menos espirituosos, sistematicamente, o mesmo tipo de choque de realidade é reiterado desde então. Nas entrelinhas de um livro poderoso, Immanuel Wallerstein já propôs isto em 1974, ao publicar o primeiro volume de *The Modern World-System*. Muito tempo depois – e em outros termos – Robert Kurz (1993) retomou este mesmo diagnóstico e, recentemente, Paulo Arantes o levou às últimas consequências.

Os Anos Dourados e o acirramento da lógica imperialista

Mas os "Anos Dourados" não foram apenas um período marcado pela mistificação do capitalismo que, ao se intensificar, aparentava estar "amortecido" ou domesticado, a ponto de possibilitar o abrandamento dos seus traços deletérios e a manifestação dos seus atributos supostamente "positivos".[11] Foi exatamente neste subperíodo que a *endogeneização* do militarismo discutida por Rosa Luxemburgo se intensificou ainda mais. Mas para entender melhor este aspecto é necessário recuar um pouco no tempo. Como já foi indicado, a intensa rivalidade *político-econômica* do final do século XIX generalizou, dentre as potências, o emprego da indústria moderna – inicialmente por conta da produção em série e dos ganhos de escala – como suporte para as forças armadas, fato que, tragicamente, ficou patente na Primeira Guerra Mundial.

De uma perspectiva centrada no papel militar da indústria, a despeito da incorporação de algumas inovações nas técnicas de produção e do surgimento de novos produtos (aviões, submarinos e os blindados), o primeiro conflito mundial ainda tinha como ênfase a padronização e o volume, obtidos prioritariamente através das economias de escala: isto é, pela mecanização, criar uma maior quantidade de armas e munição ao menor custo unitário, para conseguir sustentar as trincheiras e, eventualmente, avançar. Mas o curso da guerra refinou esta tendência, criando uma forma suplementar de concorrência: a expansão das fronteiras tecnológicas rumo à busca de armamentos crescentemente sofisticados, mais caros, porém muito mais eficazes.

Esta tendência se manteve durante o entreguerras e se acelerou com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. A invenção da bomba nuclear – e o sistema de dissuasão pela destruição mútua, criado após a bomba soviética – consolidou definitivamente este novo padrão: desde então, a competição estratégica passou a depender da associação entre um sistema de inovação dinâmico – no qual o intervalo entre o desenvolvimento da ciência básica e a sua aplicação concreta fosse mínimo – e um sistema produtivo capaz de traduzir a inovação tecnológica em vantagem militar.

(11) Essa tentativa de separar os elementos "positivos" dos "negativos" em uma totalidade contraditória desafia o bom senso. Propor este raciocínio é o mesmo que tentar implementar a noção grega clássica de liberdade e de democracia *sem a escravidão*, que lhe era subjacente.

Os EUA, dadas as características de sua industrialização e, principalmente, devido à *forma* como se envolveram na Segunda Guerra Mundial (financiaram e abasteceram os Aliados antes de sua entrada direta no conflito), ocuparam uma posição de vanguarda neste novo ambiente estratégico. Desde então, sua primazia tem sido um dos pilares da ordem internacional. Em suma: a conquista da preponderância militar foi construída em harmonia com a consolidação da sua primazia econômica.

Contudo, foi exatamente a rivalidade com a União Soviética que consolidou o complexo industrial-militar, isto é, uma forma de organização econômica cuja grande característica é o *imbricamento* entre o setor público e o setor privado, na qual as grandes *inovações básicas* foram financiadas essencialmente pelo governo dos EUA, que, premido pela peculiar obsolescência dos armamentos tecnológicos de ponta, arcou com o risco e com a coordenação de uma vasta e difusa rede de empresas baseadas na ciência, universidades e centros de tecnologia civis e militares destinada a acelerar o progresso tecnológico militar que, progressivamente, passou a encontrar aplicações civis. Foi este enquadramento que gerou um estímulo adicional – e cada vez mais imperativo – à inovação: a necessidade de manter a superioridade estratégica impunha um ritmo intenso à inovação militar,[12] em que o critério básico para o gasto – dada a penalização pelo atraso – era orientado *predominantemente* pela viabilidade tecnológica potencial dos projetos, critério que se impunha ao risco e aos custos. (Medeiros, 2004; Roland, 2007).

Visto por este prisma, não é difícil concluir que a recuperação da crise de 1929 não teve *nenhuma* relação fundamental com a adoção de políticas econômicas supostamente orientadas para o crescimento. Foi o acirramento da rivalidade imperialista que, tragicamente, produziu este efeito. No entanto, o custo desta façanha foi elevado. Isso se deve não somente à carnificina concentrada entre 1939 e 1945, mas também ao próprio desfecho da Segunda Guerra Mundial. A partir de então, um dos estímulos *fundamentais* à expansão do capitalismo derivou do novo padrão de dispêndio, produção e organização militar que marcou a Guerra Fria.

O mecanismo de contenção mútua da Guerra Fria dependia da inexistência de impedimentos físicos a um *contra-ataque* nuclear devastador. Como os bombardeiros podiam ser detidos por caças, a variação nos meios de lançamento (mísseis lançados por terra e por mar) se converteu em um pilar estratégico fundamental, que multiplicava o dispêndio militar e pressionava pelo aumento do estoque de ogivas nucleares. A corrida nuclear envolvia também um suporte em armamentos convencionais articulado a um sistema de vigilância e comunicação em escala mundial (fato que acabou levando a rivalidade para o Espaço).

Este novo padrão de concorrência estimulava o setor de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Além disso, a mesma rede universitária que gerava pesquisa de ponta para uso militar – que,

(12) Há um intenso e sinuoso debate sobre este tema. De um lado, há uma tendência a hiperdimensionar os fundamentos técnico-científicos encarnados nos armamentos como o determinante fundamental nas formas de conflito militar, criando uma espécie de determinismo tecnológico, divorciado do meio social ou histórico. A outra tendência, que também gera esta mesma separação, gravita em torno da tensão entre a *estratégia* e os meios (tecnológicos e infraestruturais) para a sua efetivação (o objeto das interpretações baseadas no determinismo tecnológico). A meu ver, uma das melhores formas de abordar a questão é através da leitura do profético livro de Paul Virilio *Popular Defense & Ecological Struggles* (1990 [1978]). Neste livro, curto e poderoso, pelo contrário, a ênfase e a *démarche* são outras: o foco recai não apenas na integração entre a técnica e o meio social, mas no modo como ela se mescla à subordinação crescente do espaço ao tempo (e como isto desvaloriza e aprisiona o Homem), temática central de sua obra. *Deste ponto de vista*, a bibliografia convencional sobre o tema ganha uma nova luz.

rapidamente, se irradiava para aplicações civis – servia para atenuar as demandas populares por educação e, é claro, para alimentar os laboratórios e fornecer mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Impulsionada *predominantemente* pela concorrência estratégica da Guerra Fria, já na década de 1970, a vanguarda da concorrência capitalista se deslocou para novas fronteiras: a tecnologia da informação (telemática), robótica, eletroeletrônica, genética, nanotecnologia, química fina e novos materiais. Esse movimento intensificou ainda mais a centralidade do setor de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na estrutura burocrática das grandes corporações.

Ademais, por conta das novas tecnologias e da maior abertura comercial e articulação entre os mercados nacionais, a grande corporação foi capaz de elevar substancialmente a sua eficácia gerencial, mediante o aprimoramento das formas de articulação entre as cadeias de suprimento e distribuição, com vistas a promover economias de escala e de escopo, reduzir os estoques e o desperdício, bem como acelerar o ciclo da produção e a capacidade de adaptar-se mais rápido às flutuações do mercado e à variação nos padrões de consumo.

Um último mito a ser questionado diz respeito ao grau de inclusão social do "Welfare State" e ao clima de relativa paz social. A "Era Dourada" foi para poucos e esteve baseada em privilégios materiais e imateriais. Exatamente por conta da velocidade e intensidade das transformações em curso, este período foi marcado por agudas agitações sociais, só menos intensas se comparadas à experiência do seu passado imediato, que Hobsbawm batizou de "Era da Catástrofe" (1914-45).

Uma das principais raízes destas tensões foi, claramente, o modo como 1917 repercutiu e alastrou as demandas igualitárias que já haviam despontado no período situado entre 1789 e 1848, mas que agora não somente se apresentavam em escala realmente *mundial*, como almejavam *suplantar* o falso cosmopolitismo do século XIX. Porém, no *centro do capitalismo*, o segredo foi dissolver o radicalismo pela constituição da "cidadania fordista", escorada na instrumentalização da xenofobia, do racismo,[13] do sexismo e dos diversos preconceitos sociais como arma para *ocultar* e silenciar os trabalhadores precários que, à margem dos direitos dos trabalhadores formais, ficavam encarregados de realizar as tarefas mais degradantes (Wallerstein, 1991). Nas reconstruções do período feitas pelos defensores do capitalismo civilizado (ou civilizador), estes personagens geralmente só aparecem depois da "crise do fordismo", como se sua situação fosse um produto do "desarranjo" do compromisso keynesiano, e não um *componente estrutural* da expansão dos anos 1950 e 1960.[14]

(13) "*What we mean by racism has little to do with the xenophobia that existed in various prior historical systems. Xenophobia was literally fear of the 'stranger'. Racism within historical capitalism had nothing to do with 'strangers'. Quite the contrary. Racism was the mode by which various segments of the work-force within the same economic structure were constrained to relate to each other. Racism was the ideological justification for the hierarchization of the work-force and its highly unequal distributions of reward*" (Wallerstein, 1996, p. 78).

(14) Ruy Braga, corretamente, questiona a tese de que a precarização do trabalho foi um efeito residual, desvinculado dos fundamentos dos "Anos Dourados": Ao contrário, entendemos que em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial. Consequentemente, o precariado não deve ser interpretado como o antípoda do assalariado, seu "outro" bastardo ou recalcado. Na realidade ele é a própria condição de existência do salariado: tanto na Europa ocidental quanto nos Estados Unidos, o compromisso fordista mostrou-se bastante eficiente em proteger a fração profissional, branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da reprodução da fração proletária não qualificada ou semi-qualificada, feminina, negra, jovem e migrante" (2012, p. 17).

O imperialismo como um *período* do capitalismo

Agora é possível discutir o tema mais espinhoso. O argumento central deste texto é que o imperialismo é *um período* que, a despeito de ter passado por importantes transformações, perdura até hoje. Em termos gerais, esta nova fase do capitalismo ganhou forma no final do século XIX e se manifestou pela primeira vez com toda a clareza na deflagração da Primeira Guerra Mundial, fenômeno que encerrou definitivamente o pretenso cosmopolitismo burguês constituído no século XVIII e que se projetou no XIX sob os auspícios da preponderância britânica. No entanto, a Revolução Russa – "filha da guerra", na feliz expressão cunhada por Eric Hobsbawm – criou a fugaz esperança de que havia surgido uma possibilidade para se ultrapassar a barbárie reinante. Infelizmente, o conteúdo realmente radical da revolução logo se esvaiu.

Especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, a falsa percepção de que o socialismo real era uma alternativa genuinamente emancipatória teve dois efeitos principais: legitimou um regime violento e totalitário na URSS, ao mesmo tempo em que alimentou o sonho de que seria possível reformar ou, até mesmo, superar definitivamente o capitalismo pela via da regulação social do mercado e da construção da cidadania fordista. Mas o que pareciam ser concessões ao "trabalho" – isto é, à população branca, heterossexual, masculina e sindicalizada – eram apenas as migalhas que derivavam da maior penetração do capital na sociedade mundial.

A despeito desta continuidade, é importante marcar alguns pontos de ruptura que, embora incapazes de caracterizar uma mudança de *período*, são fundamentais para se pensar os problemas contemporâneos. Um deles envolve a *revolução mundial de 1968,* que causou o primeiro grande impacto sobre as falsas esperanças gestadas nos "Anos Dourados". O outro marco que, a rigor, deve ser pensado a partir do anterior, tem o seu início no conjunto complexo de eventos postos em marcha entre 1989 e 1991. Muitos rótulos foram associados a este triênio. Mas um aspecto merece destaque: este breve intervalo catalisou uma série de acontecimentos e tendências que possibilitaram ao capital invadir de forma mais sistemática e perene a dimensão virtual da realidade e, nesta dimensão, amparado pelo imbricamento entre um novo regime jurídico e a tecnociência, tornou-se capaz de manipular as informações em função do processo de acumulação.

Embora ainda contida dentro da era do imperialismo, a revolução mundial de 1968 sinalizou os indícios de uma *crise geral* cuja resposta emancipatória só pode estar *além* do capitalismo. Não estou sugerindo que devemos entender a expressão além no sentido convencional de um certo marxismo, isto é, de que o socialismo está contido em nosso presente e que, portanto, só se pode transitar para essa nova sociedade através das "forças produtivas" do capitalismo ou de "elementos" por ele gerados. Não existe nenhum guia ou ponto de referência preestabelecido para orientar as ações coletivas destinadas a criar um mundo centrado na liberdade e na igualdade. Mudança efetiva é *descontinuidade*. Logo, a tarefa mais imediata envolve *negar,* na teoria e na prática, as coações estruturais de um sistema moribundo que, ao tentar intensificar a sua lógica, gera mais imprevisibilidade e convulsão social. De certo modo, foi isto que transpareceu em 1968. E não por acaso:

> *The important point for the analysis of the revolution of 1968 was that the new movements that emerged then were led largely by young people who had grown up in a world where the traditional antisystemic movements in their countries were not in an early phase of mobilization but had already achieved their intermediate goal of state power. Hence these 'old' movements could be*

> *judged not only on their promises but on their practices once in power. They were so judged, and to a considerable degree they were found wanting* (Wallerstein, 2000, p. 359).

O fato de este movimento ter sido encabeçado por uma geração que não viveu a "era da catástrofe" – como ocorrera com seus pais e avós – abriu espaço para uma concepção mais radical de liberdade.

Um segundo aspecto importante a ser destacado é o caráter *mundial* do evento: com coloridos particulares em cada local, o impulso básico envolvia uma reação geralmente violenta e com grande dose de espontaneidade contra o capital e as promessas civilizatórias do capitalismo, do socialismo real, dos desenvolvimentismos e dos diversos movimentos de libertação nacional que haviam chegado ao poder. Esta revolução expressou, em grande medida, uma desilusão.[15] Logo depois da carnificina típica da "era da catástrofe", os processos de reconstrução na Europa e a descolonização – um produto da decadência das potências europeias, frente à polarização entre os EUA e a URSS – deram momentaneamente alguma esperança geral, sobretudo aos países periféricos. Mas os limites *intrínsecos* aos movimentos de libertação nacional e demais reações antissistêmicas logo se tornaram evidentes.

Porém, antes de desenvolver este ponto, é importante entender a força inicial destes movimentos. Como o capital – em sua tensa aliança com o Estado – exerce uma pressão sistemática e violenta sobre tudo o que lhe é estranho, quanto mais ele se expande, mais ele engendra reações contrárias. E, por conta desta pressão incessante, a reação exigiu uma transformação significativa nas técnicas de resistência social que, na prática, culminaram na criação de aparelhos burocráticos permanentes. O final do século XIX já testemunhou o desabrochar destas novas organizações na Europa, mas elas só se generalizaram mundialmente depois da Segunda Guerra Mundial, quando grandes partidos trabalhistas e os movimentos nacionalistas se tornaram as principais referências deste tipo de arranjo.[16] E parte deles obteve sucesso: alguns partidos trabalhistas chegaram ao poder e, especialmente na África e na Ásia, alguns movimentos de libertação nacional conquistaram a "soberania". Mas logo apareceu o problema: como enfrentar simultaneamente as pressões do capital, do sistema interestatal e de formas não diretamente "econômicas" de exclusão, como o sexismo e o racismo? E como fazer tudo isso *sem recorrer ao autoritarismo?*

Há um segundo problema. Ao contrário do que costuma pensar a maior parte dos economistas, o crescimento econômico *acentua* as reivindicações sociais centradas na liberdade: na Europa e nos EUA não havia crise "*econômica*" em 1968. Pelo contrário. Nos países centrais, o radicalismo desta época derivava da crença – que se mostrou ilusória – de que o "problema econômico" estava solucionado. Para os segmentos brancos e heterossexuais mais protegidos, comida, abrigo e educação aparentemente não iriam mais faltar. Por isso passaram a almejar muito mais. Estes privilegiados se tornaram uma das referências para os que sofriam os preconceitos

(15) No plano internacional, depois do clímax da crise dos mísseis na Turquia e em Cuba, a combinação Kennedy/Kruschev estimulou as esperanças de que a tensão na política mundial poderia diminuir. Mas essa ilusão desapareceu com a sua substituição pelo par Johnson/Brejnev (Wallerstein, 2000, p. 358).

(16) Em sua origem, estes dois movimentos tinham objetivos muito distintos e sequer estabeleciam alianças duradouras. Mas estruturalmente sempre foram bastante similares. (cf. Wallerstein, 1996, p. 66-68).

derivados do sexismo, da homofobia e do racismo que, desde então, intensificaram a luta, ampliando o leque de reivindicações.

A politização do corpo e o questionamento da própria ideia de sexo e de gênero não cabiam dentro da estreita zona de consenso precariamente costurada na década de 1950. A este turbilhão se somou a crítica cada vez mais radical proveniente da zona "não ocidental" à dimensão *cultural* do imperialismo. A partir de então, a composição social e a variedade dos movimentos antissistêmicos aumentaram muito, fato que multiplicou as formas de luta social e criou uma maior resistência à formação de grandes burocracias que, na prática, acabam por engessar os movimentos contestatórios. O modelo centrado na conquista do Estado – pelas urnas ou por um movimento coordenado de insurreição "revolucionária" – foi posto em xeque, assim como a tese de que os "movimentos de esquerda" deveriam ser *unificados* em escala nacional por um partido ou facção, que teria como tarefa básica definir as prioridades estratégicas, isto é, definir quais são os objetivos primários e os secundários e, deste modo, conduzir a transformação social.

Frente a este novo cenário, o burocratismo "de esquerda" agiu de forma convencional: tentou aglutinar para o seu seio alguns movimentos mais autonomistas, ao mesmo tempo que criou unidades orientadas pelas novas pautas (o feminismo, a questão racial etc.), mas sempre subordinadas à "estratégia geral" ditada pelos caciques do partido. Pareceu funcionar no começo. Mas o resultado final foi uma espécie de paralisia. Para ilustrar isto é interessante notar o diagnóstico feito por Perry Anderson e Patrick Camiller na década de 1990 sobre este problema. Na visão desta dupla, o impasse deriva de pelo menos cinco grandes eixos de diferenciação das classes:

> i) A ampliação do número de trabalhadores no setor terciário, que reduziu proporcionalmente o número dos trabalhadores manuais no conjunto da produção e enfraqueceu a solidariedade social *entre as duas categorias*;
>
> ii) O aumento da diversidade salarial e dos níveos de proteção social no interior da própria classe trabalhadora como, por exemplo, o nítido contraste entre os trabalhadores manuais mais qualificados do setor de alta tecnologia e a grande massa de trabalhadores não qualificados, totalmente precários e sujeitos ao trabalho sazonal. Entre estes extremos, situam-se os trabalhadores semiqualificados do setor industrial clássico, cada vez menos influentes e, portanto, mais vulneráveis;
>
> iii) As tensões geracionais: de um lado, a extensão da adolescência e a dificuldade de ingresso dos jovens no mercado de trabalho; de outro, o aumento da proporção de aposentados. Ambas ampliam a pressão sobre os trabalhadores de idade intermediária;
>
> iv) A crescente participação das mulheres colocou a questão de gênero dentro das pautas trabalhistas, fato que aumentou o potencial de dissenso;
>
> v) A pressão dos imigrantes gera fricções adicionais e divide o movimento dos trabalhadores (Anderson; Camiller, 1994, p. 12-14).

Embora estas linhas de cisão sejam pensadas sobretudo no cenário da Europa Ocidental, é possível transpô-las, *mutatis mutandis*, para os EUA[17] e os grandes centros urbanos. O diagnóstico, embora incompleto, está correto. O problema é o prognóstico, que revela a persistência da mentalidade burocrática e "universalista" na esquerda: a "conquista" do Estado pela combinação entre a participação nas eleições de uma frente unificada e a penetração deste mesmo bloco nas várias esferas da sociedade civil.

Podemos agora sintetizar o que foi dito até aqui. A Primeira Guerra Mundial e seus desdobramentos já haviam demonstrado que o "universalismo" europeu – calcado na promessa da generalização do *progresso* material e moral – prometido pela "burguesia" era uma farsa. Essa ilusão ressurgiu durante os "Anos Dourados", para ser mais uma vez radicalmente denunciada em 1968. O único atributo *universal* que a sociedade produtora de mercadorias pode oferecer é a subordinação do conjunto da vida social à acumulação incessante de capitais, cujo limite teórico seria a mercadorização *plena* do homem e da natureza. Este tipo de homogeneidade, que só possibilita expressões quantitativas como elemento de diferenciação, sempre gerou reações sociais violentas. Por conta disto, quanto mais o capital penetra na sociedade, maior a necessidade de diversificar e intensificar a rede de aparelhos de vigilância e repressão destinados a disciplinar o homem e conter os inevitáveis distúrbios que este tipo de organização social deflagra.

Um novo imperialismo?

Quanto às mudanças *dentro* de um mesmo período, restam algumas observações. Como foi apontado, 1968 é incompreensível sem levar em conta a ilusão dos Anos Dourados. Mas, para abandonar de vez este rótulo, é importante destacar que, de um outro ponto de vista, o que estava realmente em curso era a transição da moribunda "hegemonia" britânica para a estadunidense, um novo tipo de hegemonia que aprofunda o imperialismo, pois se fundamenta na ascendência das grandes corporações transnacionais e em um novo sistema de proteção da propriedade privada em escala internacional, cujo pilar fundamental é a supremacia militar de Washington. Além disso, a máquina de propaganda construída para tentar impor o *American Way of Life* atesta a magnitude e a abrangência do imperialismo estadunidense.

Em conexão com estes aspectos, essa transição de hegemonias envolveu uma transformação significativa na relação entre a tecnologia e a sociedade, corporificada na aliança entre o capital global e a tecnociência.[18] No início desta mudança – a década de 1950 – as bases sociotécnicas que alicerçam

(17) Do ponto de vista do burocratismo pseudorrevolucionário, nos EUA o quadro é ainda mais complexo, dada a forte tradição individualista que tende a se plasmar nas pequenas comunidades, gerando grande fragmentação. A isto se soma o peso crescente dos diversos movimentos libertários, que complica ainda mais o cenário.

(18) Essa expressão, embora repleta de controvérsias, é usada aqui de forma bastante específica. Como destaca Antoine Bousquet, ferramentas e artefatos técnicos sempre existiram como requisitos para a vida social. Mas, eles geralmente se situavam em um plano *distinto* da análise ou da contemplação sobre as leis da natureza. De certo modo, isto fundamentava a separação entre a atividade técnica e o pensamento teórico sobre a dinâmica da natureza. Mas a noção de ciência que surgiu no ocidente durante a modernidade tende a embaralhar estas duas dimensões, resultando em um processo que se intensifica radicalmente depois da II Guerra Mundial: "*Within this systematic alliance between science and technology, artefacts such as the clock, engine and computer were to play a key role. They allowed for the isolation and study of physical forces, the resulting new theoretical understandings of which would then feed back into the design of these and other devices. For this reason, it is more apropos to speak of the emergence of* ***technoscience*** *in the modern era, an*

o mundo em que vivemos ficaram em grande medida ocultas à maior parte da população, pois estavam sendo gestadas nos laboratórios das empresas, das forças armadas e das grandes universidades predominantemente para uso militar. O impacto foi vivido de outro modo nas décadas de 1950 e 1960: para as massas, foi a generalização dos bens de consumo duráveis que alterou de forma mais radical as suas formas de vida, pois a economia do tempo proporcionada pela transformação da agricultura (crescentemente organizada nos mesmos moldes da indústria), pelos eletrodomésticos e pelos sistemas de transporte urbanos tornou possível aumentar o tempo dedicado à educação e ao lazer. Foi isto que, inclusive, abriu estas duas novas frentes para a acumulação de capital.

Mesmo sob a ameaça da hecatombe nuclear, frente a esse conjunto de transformações, foi possível momentaneamente ressuscitar o mito do progresso assentado na difusão do capitalismo. Mas os novos movimentos sociais deflagrados em 1968 sinalizaram que alguma *ruptura* de maiores proporções tinha ocorrido ou, pelo menos, estava em curso. E, simultaneamente, as novas tecnologias começaram a sair dos laboratórios e das aplicações exclusivamente militares e a invadir a vida cotidiana das multidões. Aí reside a questão: houve um *corte* em 1970? Sim. Mas ocorreu uma mudança de *período?* A rigor, não. Esta década testemunhou uma intensificação radical dos atributos centrais do imperialismo, tais como eles se redesenharam com a constituição da ordem estadunidense. Portanto, voltar a sonhar com a reconstrução de um capitalismo "regulado" nos moldes do regime de Bretton Woods não faz muito sentido. Mais do que isso: foi exatamente a precária "regulação" da alta finança que tornou possível abrir novas frentes para a penetração do capital e, simultaneamente, promover a transformação da estrutura do comércio mundial que, de forma distinta da integração financeira e comercial típica da ordem britânica, passou a envolver predominantemente as operações intrafirmas em escala transnacional.

Giovanni Arrighi destaca isto com clareza:

> *A third and far more fundamental departure of US from British hegemony has been the tendency for a significant and growing proportion of world trade to be "internalized" within, and administered by, large-scale, vertically integrated, transnational corporations. Data on international "trade," which consists in reality of intra-firm transactions, are not readily available. But various estimates indicate that the proportion of world trade consisting of intra-firm transactions has risen from something in the order of 20–30 per cent in the 1960s to something in the order of 40–50 per cent in the late 1980s and early 1990s. According to Robert Reich, "in 1990 more than half of America's exports and imports, by value, were simply the transfers of such goods and related services within global corporations* (Arrighi, 2010, p. 73).

A centralidade do investimento externo direto só foi possível por conta do conjunto de instituições e de mecanismos de regulação que expandiram e estabilizaram o comércio mundial no período tenso que se sucedeu à Segunda Guerra Mundial.[19]

---

ever tighter symbiotic bond between these two fields to the extent than any distinction is largely nominal and of limited conceptual value. Although this convergence is present at the very foundation of modern science, the proximity between science and technology from the Second World War onwards is such that any major technological advance has been inextricably linked to scientific knowledge" (Bousquet, 2009, p. 16).

(19) A institucionalização da hegemonia dos EUA é bastante peculiar. As instituições internacionais da ordem britânica eram congruentes com o ideário do liberalismo clássico: assim como o mercado, a política internacional (sintomaticamente vista como uma entidade *separada* da economia) era baseada em um suposto mecanismo *automático* de

É a partir deste primeiro movimento que se deve entender as mudanças concretizadas no período compreendido entre 1970 e 1991, que se manifestam de forma cada vez mais intensa desde então. Mas outras transformações também ocorreram, em um plano distinto. Laymert Garcia dos Santos apresenta um bom ponto de partida para discutir boa parte das características mais fundamentais do capitalismo contemporâneo:

> Estamos passando por uma desmontagem de todo o referencial tradicional e moderno enquanto se começa a construir uma sociedade nova cuja dimensão é, paradoxalmente e ao mesmo tempo, molecular e global. Molecular porque é no nível ínfimo e invisível, no nível da informação digital e/ou genética que se produzem suas maiores realizações; global porque cada transformação molecular operada está destinada a ser incorporada e repercutida por uma rede de valorização planetária (2003, p. 81).

Este encontro entre o nível molecular e a rede de valorização planetária não é fruto exclusivo da técnica, mas expressa e ecoa os movimentos muito mais gerais e profundos discutidos até agora. Essa transformação teve como base o reforço *radical* e a intensificação dos tentáculos dos Estados mais poderosos, liderados por Washington. Esse reforço,[20] de cunho autoritário, entrecruzou-se com os sistemas de governança das corporações privadas, com o objetivo claro de *reforçar* em escala mundial os direitos de propriedade e promover uma nova rodada de *predação do homem e da natureza*, muito mais intensa, porém *quase* invisível. Neste sentido preciso, o período atual é uma culminação da era do imperialismo, que preserva as suas características centrais mais destrutivas, mas sem a carapaça de um projeto civilizacional.

Portanto, a interpretação do "novo imperialismo" como uma nova libertação do capital financeiro das amarras do poder público ou, alternativamente, como fruto do "unilateralismo" dos EUA é um claro *recuo*, que evidencia como as transformações mais profundas da "Era de Ouro" – as

organização: o equilíbrio de poder. As "instituições" internacionais, por sua vez, não passavam de alianças mais perenes e deliberações *ad hoc* entre as grandes potências para dirimir os problemas internacionais (o famigerado "concerto de potências"). Este tipo de ordenação foi duramente criticado no entreguerras, tanto por Woodrow Wilson quanto por Lênin. Mas tais contestações não tiveram força suficiente para deter o peso da tradição e dos interesses de curto prazo. A era de Bretton Woods nasceu com a revolucionária ideia de criar um governo mundial baseado em instituições internacionais democráticas com poder real de decisão, cujo eixo fundamental seria constituído pela ONU. Contudo, este ideal foi derrotado logo de saída: a ONU foi constituída em bases hierárquicas (o Conselho de Segurança dissolveu, na prática, o poder da Assembleia Geral) e já em 1947 o princípio da contenção substituiu o "unimundismo" alardeado por Roosevelt. (cf. Arrighi, 2010, p. 68-77, 283-289). Mas, mesmo com este recuo, a ordem internacional contemporânea é muito mais institucionalizada que as anteriores (Cox, 1996, p. 104).

(20) Embora afirme erroneamente que a era do imperialismo clássico se encerrou em 1918, Ellen Wood destaca com clareza alguns traços do imperialismo contemporâneo: "O mundo hoje é mais do que nunca um mundo de Estados-nação. A *forma política da globalização* não é um Estado global, ou uma soberania global. A falta de correspondência entre a economia global e os Estados nacionais também não representa simplesmente algum tipo de atraso no desenvolvimento político. *A própria essência da globalização é uma economia global administrada por um sistema de Estados múltiplos e soberanias locais, estruturada numa relação complexa de dominação e subordinação*" (Wood, 2014, p. 18. Grifo meu). E, mais à frente, uma passagem ainda mais elucidativa: "Aqui, a alegação não é de que o poder do capital em condições de globalização tenha fugido ao controle estatal e tornado o Estado territorial cada vez mais irrelevante. Pelo contrário, meu argumento é que o Estado é hoje mais essencial do que nunca para o capital, mesmo – ou especialmente – na sua forma global. A forma política da globalização não é um Estado global, mas um sistema global de Estados múltiplos, e a forma específica do novo imperialismo vem da relação complexa e contraditória entre o poder econômico expansivo do capital e o alcance mais limitado da força extraeconômica que o sustenta" (p. 108).

quais *criaram* a tragédia atual – passaram (e continuam a passar) por baixo do nariz da esmagadora maioria dos especialistas em Economia e Política Internacional. E essa cegueira permanece, mas sob novas roupagens. Domina nos círculos intelectuais a tese de que a "financeirização" é a chaga do nosso tempo. No entanto, ao ser abordada de forma oblíqua, isto é, a partir de uma utópica tentativa de domar o capital financeiro e preservar sua "base produtiva", essa abordagem obscurece a compreensão dos diversos especialistas.

Não se trata de reduzir a importância do fenômeno. Pelo contrário: sua importância é central, mas a "financeirização" precisa ser inserida no movimento geral do qual é uma expressão. As novas formas de pilhagem – amparadas na tecnociência e nos novos sistemas de propriedade intelectual, que adentraram no nível das informações genéticas e no patenteamento de seres vivos[21] – e situadas hoje na fronteira do capitalismo – *foram concomitantes* ao conjunto de transformações que *entrelaçaram* a liquefação das formas de propriedade capitalista às novas formas de operação das empresas transnacionais e à "internacionalização do Estado", só para citar os exemplos mais salientes.

Mas em que sentido preciso podemos falar em *pilhagem?* Como se sabe, a biogenética converteu-se em um setor de ponta na concorrência mundial no exato momento em que se tornou evidente a redução da biodiversidade no terceiro mundo. Mas isto era a outra face do *mesmo movimento* prévio que situou o setor de P&D na vanguarda da concorrência intercapitalista: a "crise ambiental" dos anos 1980 foi um dos efeitos colaterais da urbanização e do deslocamento das etapas mais poluentes da produção e das indústrias intensivas em mão de obra e recursos naturais para a periferia.

Como o processo de atração do Investimento Direto Estrangeiro foi marcado pela truculência e orquestrado pelos interesses mais imediatos das plutocracias locais e de suas redes de clientela, as transformações foram muito mais erráticas e virulentas, de modo que não só animais e plantas, mas a própria carga genética dos indígenas (bem como seus conhecimentos fitoterápicos) estavam sob ameaça. Ainda de acordo com Laymert, a saída imediata foi coletar e armazenar este patrimônio genético – mesmo não sabendo *exatamente* o que fazer com ele. Dada a magnitude e a escala da concorrência oligopolista, o segredo era a *antecipação* disfarçada de consciência ecológica.

Logo, trata-se de uma pilhagem muito mais sutil do que fora a colonização do Novo Mundo e a conquista da África. É também significativamente diferente.[22] Os resultados começam a

(21) "No plano molecular, a relação entre a tecnociência e o capital" – escreve Laymert – "se institucionaliza através dos laços jurídicos que unem a invenção à propriedade intelectual. Mas para que isso ocorresse, foi preciso transferir para este terreno o regime de patentes, que vigorava na esfera industrial e selava as relações entre o direito e a ciência, protegendo a propriedade de artefatos e máquinas, isto é, das coisas que não existiam na natureza inanimada" (Garcia dos Santos, 2003, p. 89).

(22) Aqui aparece o limite mais claro das tergiversações de David Harvey sobre a "acumulação por espoliação". Pois esta ideia só faz algum sentido se contraposta a um tipo de espoliação "diretamente econômica", tal como gostam de defender os serviçais da burguesia "industrial". O capital *é* espoliação. E sua tentativa de fazer correções cosméticas a Rosa Luxemburgo é totalmente desnecessária: "A desvantagem desses pressupostos" [de Marx e Rosa] "é que relegam a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma 'etapa original' tida como não mais relevante ou, como no caso de Luxemburgo, como de alguma forma 'exterior' ao capitalismo como sistema fechado. Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação 'primitiva' ou 'original' no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é por conseguinte muito necessária, como observaram recentemente vários comentadores. Como parece estranho qualificar de 'primitivo' ou 'original' um processo em andamento, substituirei a seguir

transparecer agora: os países dotados de megadiversidade foram logrados já na década de 1990. Como de hábito, Laymert expõe o âmago do problema:

> É interessante notar que enquanto se arrastam ao longo dos anos as iniciativas jurídicas para proteger o acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento, às inovações e práticas das comunidades tradicionais e das populações indígenas a eles associados, o acesso às inovações tecnocientíficas já se encontra mundialmente protegido pelo regime de propriedade intelectual, tal como podemos ler nos acordos GATT-Trips, da Organização Mundial de Comércio [OMC]. Trips protege o valor informacional dos produtos e processos manipulados pela biotecnologia e pela tecnologia da informação; mas não pode proteger outros valores, como os valores de uso modernos e tradicionais, e nem o valor da vida, porque eles não cabem no sistema (Garcia dos Santos, 2013, p. 21).

A transferência do regime de patentes para a dimensão da propriedade intelectual assegurou ao capital a capacidade de garantir o "acesso e o controle da informação nos dois extremos, isto é, no plano molecular em que ela se encontra, mas também no plano global, no mercado mundial em que ela será explorada depois de reprogramada"

> A lógica de tais operações parece ser: os seres biológicos – vegetais, animais e humanos – não tem valor em si, como existentes; o que conta é seu potencial. Pois se os seres contassem, a iniciativa consistiria em tentar salvá-los da extinção, em preservá-los em sua integridade, em protegê-los e ao seu habitat. Mas não é essa a ideia: o foco não estava nos corpos, nos organismos, nos indivíduos, nos seres vivos, e sim nos seus componentes, nas suas virtualidades. A tecnociência e o capital global não estão interessados nos recursos biológicos – plantas, animais e humanos. O que conta é seu potencial para reconstruir o mundo, porque potencial significa potência no processo de reprogramação e recombinação. Levando a instrumentalização ao extremo, tal estratégia considera tudo o que existe ou existiu como matéria-prima a ser processada por uma tecnologia que lhe agrega valor. Nesse sentido, a única "coisa" que conta na nova ordem é o que pode ser capturado da realidade e traduzido numa nova configuração. A única "coisa" que conta é a informação (Garcia dos Santos, 2013, p. 83).

O problema é, portanto, muito mais profundo do que a mera "regulação" do sistema financeiro internacional, tal como apregoam os pseudocríticos da financeirização. O processo de expropriação chegou a níveis muito mais extremos. "Regular" a finança mundial não alteraria em nada a essência do problema e, na verdade, provavelmente até aumentaria a eficácia deste tipo de pilhagem do homem e da natureza.

O encontro entre a dimensão molecular e a rede de valorização planetária levou à conversão da *informação* em um instrumento de oligopolização em escala sem precedentes, pois disparou uma corrida tecnológica com o objetivo de tentar controlar a dimensão virtual da realidade:

esses termos pelo conceito de 'acumulação por espoliação'" (Harvey, 2004, p. 120-121). Uma leitura pobre de Rosa. Essas formas violentas não são *externas* ao capitalismo. A endogeneização do militarismo *criou uma nova forma de violência*, que não pode ser confundida com a violência da acumulação primitiva. Enfim: Harvey é mais uma vítima da ilusão dos Anos Dourados.

> Ora, é possível compreender todo esse deslocamento por meio da importância ascendente da informação, tal como é aqui entendida. Com efeito, como germe que atualiza a potência do virtual, ela é o operador da passagem de uma dimensão da realidade para outra, se lembrarmos que a dimensão atual da realidade é a dimensão do existente, ao passo que a dimensão virtual é a do que existe enquanto potência. Assim, é a informação que permite ao capital global e à tecnociência passarem da dimensão atual da realidade para a sua dimensão virtual. Agora se torna possível investir sobre toda criação, inclusive a criação da vida. Sabemos que por meio da privatização das telecomunicações, da colonização das redes e do próximo loteamento do campo eletromagnético, o capital global busca controlar o acesso e a exploração do ciberespaço; mas nos esquecemos de que a ambição maior da nova economia é assenhorear-se da dimensão virtual da realidade, e não apenas da dimensão da realidade virtual, do ciberespaço, como tem sido observado (Garcia dos Santos, 2013, p. 18).

Portanto, o capital deu um passo suplementar, ao conseguir combinar a exploração da força de trabalho com o monopólio e a instrumentalização *das informações* capazes de *reprogramar* a natureza e a vida humana, tendo como referência central as suas *virtualidades.*

Eis o ponto decisivo: o que está em jogo não é apenas a dimensão do existente, mas também a das *potencialidades* que as ciências da informação, amparadas na estrutura internacional de poder vigente, abriram à valorização do capital. (Lévy, 1996, p. 15-22). E isto impõe uma percepção essencialmente *instrumental* da vida e da natureza. Donna Haraway destaca este ponto com nitidez:

> *Furthermore, communications sciences and modern biologies are constructed by a common move – the translation of the world into a problem of coding, a search for a common language in which all resistance to instrumental control disappears and all heterogeneity can be submitted to disassembly, reassembly, investment, and exchange." (...) "In communications sciences, the translation of the world into a problem in coding can be illustrated by looking at cybernetic (feedback-controlled) systems theories applied to telephone technology, computer design, weapons deployment, or data base construction and maintenance. In each case, solution to the key questions rests on a theory of language and control; the key operation is determining the rates, directions, and probabilities of flow of a quantity called information. The world is subdivided by boundaries differentially permeable to information. Information is just that kind of quantifiable element (unit, basis of unity) which allows universal translation, and so unhindered instrumental power (called effective communication). The biggest threat to such power is interruption of communication* (1991, p. 164).[23]

(23) Por isso o cerco do capital e do Estado aos hackers e ciberativistas tem crescido. Impedir ou tornar transparente este *sistema de comunicação* e de apropriação das informações é uma das principais formas de luta contra a simbiose do capital com o Estado. A luta tem que ser travada em dois níveis. O primeiro é relativamente mais simples, pois envolve apenas explicitar que essa forma de "comunicação" e de apropriação envolve um tipo muito específico de manipulação da informação, que necessariamente retira qualquer valor intrínseco do homem ou da natureza (o debate aqui é intenso: não é necessário postular que existe algo como uma essência do humano a ser resgatada para se fazer a crítica. Boa parte da bibliografia concernente à temática do transumano é crítica da tentativa do capital de se impor de forma absoluta e submeter a vida e a natureza à lógica da valorização). O segundo é mais difícil, pois exige as habilidades específicas dos hackers: invadir os sistemas do governo e das corporações para revelar o que se quer ocultar e, quando necessário, sabotar a rede de comunicação.

Na biologia, o mesmo tipo de reducionismo ocorre, mas com algumas peculiaridades. Os organismos já não são considerados como as unidades ou os principais objetos do conhecimento, pois eles são decompostos em componentes bióticos que podem ser processados e recombinados enquanto *informação* (Haraway, 1991, p. 164), em um novo tipo de *manipulação*[24] da vida e da natureza orquestrada pelo capital que ameaça a biodiversidade e a própria diversidade das culturas.

Esta forma de perceber e manipular a realidade é bastante reveladora do nível a que chegou a penetração do capital na sociedade. Embora partindo de uma problemática distinta, Cornelius Castoriadis ajuda a iluminar esta questão:

> *Society, like each living species, and each living being, sets up its own world, which of course includes a representation of itself. So each society's specific imagination – its institutions and the imaginary significations carried by those institutions – determines and defines, in each instance, what that society views as information, what is mere noise, and what is nothing at all, along with the weight, relevance, and value, of any piece of information. Or, to continue to use the language of cybernetics, the information processing and response programs." (...) "So we might say, to begin with, that each society contains a system for interpreting the world. But that would be insufficient: each society is a system for interpreting the world. Better yet, more strictly speaking, each society is the construing, actually the creation of a world that applies to it, its own world. Its identity is nothing other than that system of interpretation, or better still, of meaning-giving. For that reason, if you attack that system of interpretation, of meaning-giving, you attack it more lethally than if you attack its physical existence, and as a rule it will fight back much more savagely* (2000, p. 50).

Essa passagem tem diversos pontos importantes para uma análise crítica da nossa realidade. Ao contrário do que costumavam afirmar os seus apologetas, o tipo de "sociedade da informação" que foi criado pela simbiose entre o capital e o Estado *desvaloriza a própria informação* (e, por extensão, a vida social), pois só se leva em conta o que é virtualmente útil para o processo de valorização do capital, sujeito aos mecanismos da concorrência pautados pelos grandes monopólios.

Essas operações não pairam no ar, pois são sustentadas por uma infraestrutura e um aparato institucional bastante concretos, que viabilizam as comunicações, o processamento da informação e a própria concretização da rede de valorização compreendida entre os níveis molecular e global. A própria Donna Haraway deixa isso bem claro:

> *But these excursions into communications sciences and biology have been at a rarefied level; there is a mundane, largely economic reality to support my claim that these sciences and technologies indicate fundamental transformations in the structure of the world for us. Communications technologies depend on electronics. Modern states, multinational corporations, military power, welfare state apparatuses, satellite systems, political processes, fabrication of our imaginations, labour-control systems, medical constructions of our bodies, commercial pornography, the international division of labour, and religious evangelism depend intimately*

(24) O termo manipulação é decisivo. Como tem insistido Vandana Shiva, a engenharia genética tem o poder de recombinar genes, mas não de "produzir vida". Toda a "vida artificial" que os cientistas dizem ser capazes de "criar" *é impossível sem a própria vida.* (2003, p. 74-77).

> *upon electronics. Microelectronics is the technical basis of simulacra; that is, of copies without originals* (1991, p. 165).

Para garantir este nível de manipulação e de espoliação do presente e do futuro, é fundamental a imposição de um sistema de propriedade intelectual no plano internacional que garanta o monopólio das informações genéticas e digitais às grandes corporações, assentadas em uma estrutura internacional de poder cuja viga fundamental é a preponderância militar dos EUA.

Enquanto perdurar este arranjo, a disputa pela dimensão virtual prosseguirá nos termos atuais, isto é, mediante a intensificação da polarização social e a ampliação do contingente de excluídos, contidos violentamente pelo aparato policial dos Estados. Por outro lado, a eventual corrosão do poder de Washington precipitaria disputas geopolíticas severas, que poderiam resultar em um conflito militar devastador. Estes são os cenários básicos *dentro* da ordem imperialista. Por isso, torna-se imperativo voltar a pensar em alternativas realmente radicais a este ordenamento.

Considerações finais

Podemos agora sintetizar o que foi discutido até aqui. O capitalismo é um sistema de exploração cuja reprodução depende da capacidade de ocultar as formas de coerção que engendra. A separação aparente entre economia e política contribui para esse efeito mistificador: enquanto o mercado se apresenta como um espaço de intercâmbio povoado por indivíduos juridicamente livres, a violência necessária à constituição e à preservação dessa forma de sociabilidade é deslocada para os bastidores da vida social. A expropriação dos meios de subsistência, a imposição das relações de propriedade e o disciplinamento das populações aparecem, assim, como acontecimentos exteriores ao funcionamento regular da economia. Preserva-se, desse modo, a ilusão de que a violência é uma herança pré-capitalista que o desenvolvimento do próprio capitalismo irá abolir.

Neste caso, ele é erroneamente concebido não somente como o indutor do "progresso material", mas também como portador de um aspecto civilizatório em um sentido bastante preciso: de substituir o conflito violento pelas formas sublimadas de competição racional, travadas no mercado e no jogo político "democrático". Este duplo pressuposto está na base da sobreposição fantasiosa entre capitalismo, progresso, modernidade e civilização que, mesmo depois das contestações de 1968, ainda se encontra profundamente arraigado nas ciências sociais e nas práticas e instituições que lhes correspondem. O problema é que essa imagem toma as formas pelas quais a sociedade capitalista representa a si mesma como a explicação de seu funcionamento. Mesmo interpretações que reconhecem a exploração e a desigualdade frequentemente preservam a expectativa de separar os atributos supostamente emancipatórios do capitalismo de seus efeitos destrutivos. O horizonte da transformação fica, então, circunscrito à correção dos excessos, à redistribuição dos resultados ou à reconstrução de mecanismos de regulação e de proporcionalidade nos investimentos.

A força motriz da sociedade de mercado é a acumulação incessante de capital. Assim, o homem e a natureza passam a contar prioritariamente como suportes de um processo que precisa renovar e ampliar suas próprias condições de expansão. Isso não significa que o capital seja capaz de eliminar todas as formas de vida que lhe são estranhas ou submeter integralmente a sociedade ao seu metabolismo. Significa que sua reprodução exerce uma pressão sistemática para converter todos os entes e recursos biofísicos em mercadoria. As resistências a esse movimento, por sua vez, renovam a

necessidade de coerção e tornam inseparáveis a expansão econômica e a intensificação dos mecanismos de poder, tanto no plano público quanto no privado.

É nesse sentido que o imperialismo deve ser compreendido como um *período* do capitalismo, cuja especificidade reside no entrelaçamento entre a rivalidade intercapitalista e a competição interestatal. Sua dinâmica não se esgota na conquista de territórios nem nas políticas externas de uma potência particular. Ela envolve também a penetração do capital nas relações sociais e nas condições de reprodução da vida. A expansão mundial e a mercadorização da existência são dimensões articuladas do mesmo movimento: a abertura de novos espaços de acumulação exige transformar relações de propriedade, reorganizar práticas sociais e remover obstáculos à valorização. O Estado participa desse processo ao assegurar as condições jurídicas da apropriação, financiar e organizar infraestruturas e conter as resistências suscitadas pela imposição da ordem capitalista.

A articulação entre tecnociência e propriedade intelectual amplia o alcance dessa dinâmica. A apropriação passa a incidir não apenas sobre os seres, os recursos e as atividades existentes, mas também sobre suas potencialidades de transformação. Informações digitais e genéticas tornam-se meios de identificar, decompor e recombinar capacidades que podem ser submetidas ao controle privado. A dimensão virtual da realidade designa, aqui, esse campo de potencialidades: aquilo que os seres e seus componentes podem vir a ser mediante determinadas intervenções. Ao disputar o controle das informações e dos meios de atualizá-las, as corporações procuram assegurar direitos sobre possibilidades futuras de produção e reprodução da vida. A fronteira da rivalidade intercapitalista alcança, assim, a própria capacidade de transformar o mundo, subordinando-a antecipadamente às exigências da valorização.

A força motriz da *sociedade de mercado* é a acumulação incessante de capital, que só pode se sustentar mediante a mercadorização sistemática do Homem e da Natureza, que, entretanto, só contam enquanto *suportes* do processo de valorização. É isso que impele a sociedade produtora de mercadorias a se expandir tanto no plano mundial quanto na escala (sub)molecular, isto é, no plano das *informações* e de suas virtualidades. É neste plano – a dimensão virtual da realidade – que se situa hoje a fronteira da rivalidade intercapitalista. Essa apropriação das potencialidades, contudo, depende de estruturas materiais e políticas concretas. Laboratórios, equipamentos, redes de comunicação, sistemas de armazenamento e processamento de dados, regimes de propriedade intelectual e aparatos de segurança sustentam a conexão entre o nível molecular e a acumulação em escala planetária.

A aparente imaterialidade da informação encobre a concentração dos meios necessários para capturá-la e convertê-la em poder econômico e político. Neste quadro o Estado permanece fundamental: a proteção dos monopólios informacionais e a imposição de suas regras de exploração aprofundam a articulação entre as grandes corporações e as estruturas estatais. As novas fronteiras tecnológicas intensificam, portanto, o vínculo entre capital, coerção e rivalidade imperialista. A exploração do trabalho, a expropriação das condições de subsistência, a instrumentalização das hierarquias raciais e de gênero e a pilhagem da natureza articulam-se na reprodução da ordem capitalista, embora cada uma dessas relações possua algum grau de autonomia relativa. Reconhecer essa articulação permite formular as lutas em sua especificidade sem perder de vista o movimento geral que as atravessa.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick (Ed.). *Mapping the West European Left*. London: Verso, 1994.

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century*: money, power, and the origins of our times. London; New York: Verso, 2010.

BOUSQUET, Antoine. *The scientific way of warfare*: order and chaos on the battlefields of modernity. New York: Columbia University Press, 2009.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado*: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

CASTORIADIS, Cornelius. Imaginary significations. In: CASTORIADIS, Cornelius. *A society adrift*: interviews and debates, 1974–1997. New York: Fordham University Press, 2010. p. 45-68.

COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy J. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

FERRO, Marc. *Colonization*: a global history. London: Routledge, 1997.

HARAWAY, Donna J. *Simians, cyborgs, and women*: the reinvention of nature. New York: Routledge, 1991.

HARTOG, François. *Regimes of historicity*: presentism and experiences of time. New York: Columbia University Press, 2015.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo*: etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/Unicamp, 2011.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.

LIND, Michael. *The next American nation*: the new nationalism and the fourth American revolution. New York: Free Press Paperbacks, 1996.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, José Luís (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 225-252.

PINTO, Nelson Prado Alves. A institucionalidade financeira. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 16, n. 28, p. 51-79, 2009.

ROLAND, Alex. The military-industrial complex: lobby and trope. In: BACEVICH, Andrew J. (Ed.). *The long war*: a new history of U.S. national security policy since World War II. New York: Columbia University Press, 2007. p. 335-370.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias*: o impacto sociotécnico da informação digital e genética. São Paulo: Editora 34, 2003.

SANTOS, Laymert Garcia dos; KEHL, Maria Rita; KUCINSKI, Bernardo; PINHEIRO, Walter. *Revolução tecnológica, internet e socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SHIVA, Vandana. A nova colonização genética. In: SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias*: o impacto sociotécnico da informação digital e genética. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 73-80.

VATTIMO, Gianni. *A sociedade transparente*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

VIRILIO, Paul. *Popular defense & ecological struggles*. New York: Semiotext(e), 1990.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press; Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1983.

WALLERSTEIN, Immanuel. The ideological tensions of capitalism: universalism versus racism and sexism. In: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, nation, class*: ambiguous identities. London: Verso, 1991. p. 29-36.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Historical capitalism & capitalist civilization*. London: Verso, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. *European universalism*: the rhetoric of power. New York: The New Press, 2006.

WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.